

Guiné-Bissau: a agonia controlada da paz

É à solidariedade de algumas organizações e países que a Guiné-Bissau deve o não cair no esquecimento total da agenda internacional. Mas é preciso ambicionar a mais do que apenas evitar que o colapso se instale de uma vez por todas. É preciso querer mais do que manter esta situação de lenta agonia, sempre com o risco de que o pior talvez ainda esteja para vir. É necessário agir-se agora, antes que venha a ser tarde de mais

ALFREDO HANDEM * SÍLVIA ROQUE **

Desde o conflito militar de 98-99, a Guiné-Bissau entrou no rol de países a que o sistema de ajuda internacional pretende, supostamente, prestar atenção renovada. A necessidade de acompanhamento especial de um país acabado de sair de um conflito armado numa região altamente vulnerável e o enquadramento da ajuda no contexto local para aumentar a sua eficácia foram princípios reconhecidos por várias instituições internacionais. No entanto, as receitas aplicadas – eleições, reconciliação nacional, desmobilização e reforma da segurança, boa governação e equilíbrios orçamentais – parecem não estar a conseguir produzir resultados senão de curto prazo e em resposta a algumas emergências. Ora, mesmo evitando a catástrofe, os parceiros internacionais da Guiné-Bissau podem estar a fomentar um colapso anunciado e faseado, sem promover realmente alternativas viáveis.

A sucessão de actos violentos

na Guiné-Bissau teve a sua última expressão no assassinato de Lamine Sanhá, antigo chefe de Estado-Maior da Armada. Um olhar atento ao passado político-militar guineense mostra-nos a tendência para a continuidade de métodos de eliminação, de rivalidades e de esquemas de vingança. Preocupante, porém, é o facto de tais acontecimentos já não constituírem motivos de ansiedade especial dos guineenses. Preocupante é a espiral de violência que se entranha a todos os níveis da sociedade e que se manifesta quotidianamente em abusos policiais e militares ou na revolta dos jovens dos bairros de Bissau. Preocupante é a dimensão dos confrontos que caminham lentamente para uma crispação etno-religiosa que pode atingir proporções incontroláveis. Preocupante é a pluralidade e opacidade de centros de poder em confronto. Já ninguém controla ninguém, todos desafiam todos.

Enquanto isso, a “comunidade internacional” diz manter alguma vi-

SCHALK VAN ZUYDAM/AP



gilância. Mas falha em fazer face ao clima de impunidade e de descrença acentuado por uma cultura de dominação política sem contrapartidas mínimas em serviços e direitos. Ao invés, as populações urbanas que se vão auto-organizando e procurando estratégias de sobrevivência vêm adensar-se a sua dependência do Estado e suas instituições que primam pela falta de legitimidade alicerçada em projectos comuns de reconciliação e reconstrução nacional.

Neste contexto de impunidade, de dispersão do poder e da violência, em que as vítimas de ontem são os carrascos de hoje, a superficialidade dos esforços de reconciliação é

patente. Como falar de reconciliação sem falar no passado? Como reconciliar sem antes identificar os principais culpados e as vítimas? Como reconciliar com um exército fragmentado e dividido? Como iniciar a reconciliação sem que haja disponibilidade para o reconhecimento da culpa e pedido público de perdão? Como reconciliar sem que todos os dispositivos morais, materiais, políticos, psicológicos sejam antes criados? Quem tem legitimidade para levar a cabo os esforços de reconciliação? Podem os guineenses reconciliar-se por imposição ou por força do dinheiro?

Pretende-se replicar os métodos

adoptados em Angola e Moçambique, no sentido da desmobilização das facções opostas aos partidos no poder. Mas há diferenças que levam a crer que tal estratégia não surtirá na Guiné-Bissau os mesmos efeitos. Em primeiro lugar, não há duas facções, mas várias e sem enquadramento político; em segundo lugar, não existem vencedores nem vencidos; em terceiro lugar, existem outras fontes de rendimento associadas à pertença à instituição militar, nomeadamente o tráfico de armas e de droga; e, por último, não se atingiu na Guiné o mesmo cansaço da guerra longa e esta ainda pode ser, para muitos, uma solução válida para atingir objectivos, já que a instrumentalização da violência, pelo menos, tem servido para acumular recursos ou subir na hierarquia.

Há que evitar que se caminhe no sentido da contínua desresponsabilização de actores externos e internos. É ainda à solidariedade de algumas organizações e países que a Guiné-Bissau deve o não cair no esquecimento total da agenda internacional. Mas é preciso ambicionar a mais do que apenas evitar que o colapso se instale de uma vez por todas. É preciso querer mais do que manter esta situação de lenta agonia, sempre com o risco de que o pior talvez ainda esteja para vir. É necessário agir-se agora, antes que venha a ser tarde de mais. ■

* INVESTIGADOR ASSOCIADO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS DA GUINÉ-BISSAU
** NÚCLEO DE ESTUDOS PARA A PAZ, CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA